



**ILUSTRÍSSIMA SENHORA AGENTE DE CONTRATAÇÃO E EQUIPE DE APOIO DO MUNICÍPIO DE QUILOMBO/SC**

**REF.: CONCORRÊNCIA PRESENCIAL – TRADICIONAL 04/2024**

A empresa **PROJEB LTDA**, inscrita sob CNPJ de Nº 28.678.292/0001-35, com sede à Av. São Pedro, Nº 132, Centro, Faxinal dos Guedes/SC, CEP: 89.694-000, neste ato representada por seu representante legal ANDERSON BALDISSERA, portador do CPF Nº 942.198.349-15, vem tempestivamente, conforme permitido no art. 165, inciso I, da Lei 14.133/2021, em tempo hábil, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, apresentar

<b>CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO</b>
--

Interposto pela empresa Concorrente/Licitante **WINCK ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI – ME**, demonstrando nesta as razões de fato e de direito pertinentes para desprover o recurso interposto:

## I. DOS FATOS

De forma sucinta e objetiva, trata-se de lide administrativa referente ao processo licitatório realizado no município de Quilombo que tem como objeto **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA POR EMPREITADA GLOBAL PARA EXECUÇÃO DE COBERTURA METÁLICA NO CALÇADÃO DA RUA DUQUE DE CAXIAS, BAIRRO CENTRO, NO MUNICÍPIO DE QUILOMBO/SC, COM ÁREA TOTAL DE 475 M², CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E PROJETOS EM ANEXO**, ao qual foi efetuado na modalidade Concorrência Presencial – Tradicional 04/2024.

Enfatiza-se que o certame ocorreu respeitando todas as legalidades necessárias para concretizar o processo licitatório e tendo sido o resultado divulgado ainda no dia 28 de março de 2024, dia que ocorreu o certame.

Como bem demonstra a **ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO 28-03-2024**, (anexo I), a empresa RECURSANTE decidiu por livre vontade decair da disputa de lances por entender que não conseguiria cumprir com o objeto num valor abaixo daquele do seu último lance.

No resultado, justamente a presente empresa **PROJEB LTDA** foi declarada como **VENCEDORA** por apresentar melhor proposta e cumprir todas as exigências habilitatórias, o que suscitou uma **INJUSTA IRRESIGNAÇÃO DA RECORRENTE**, que interpôs recurso administrativo fazendo apontamentos **INFUNDADOS** e **INOPORTUNOS** para tentar afastar a correta decisão que declarou a **CONTRARRAZOANTE** vencedora do Certame Licitatório.

Entretanto, conforme será demonstrado, o recurso administrativo não merece provimento em nenhum aspecto, justamente por trazer motivações protelatórias e desarrazoadas, tendo em vista que todos os documentos exigidos em edital foram apresentados e aprovados pela Sra. Sra. Agente de Contratação e Equipe de Apoio em fase de habilitação.

## II. DAS RAZÕES ALEGADAS:

O presente instrumento **pretende ser sucinto e conciso em todos os pontos,** uma vez que é sabido, Sra. Agente de Contratação e Equipe de Apoio, que a Administração e o licitante devem observar as regras e princípios que regem a Lei de Licitações.

Nesse sentido, ensinam Marcelo Alexandrino e Vicente Paulo que a vinculação da Administração aos estritos termos do edital de convocação da licitação é exigência expressa do art. 5º da Lei 14.133/2021.

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

Isto posto, é mister apontar que a respeitável Sra. Agente de Contratação agiu sabiamente quando declarou vencedora a empresa PROJEB LTDA por entender que esta cumpriu para com todas as exigências do edital, de maneira que os argumentos trazidos nas razões recursais não podem prosperar.

**PARA ALÉM:** A presente empresa **PROJEB LTDA** foi declarada vencedora do certame licitatório, tendo apresentado o menor preço e tendo sido, em seguida devidamente habilitada. A RECURSANTE registrou intenção de recurso, servindo-se de razoar VAZIAMENTE o seu recurso com a alegação de que a empresa vencedora não cumpriu com as regras do edital exigidas nos itens 14.4.1 inciso IV – alínea “ b”.

Esclarece-se que as empresas recorrentes possuem **PLENO DIREITO** de interpor recursos, sendo um exercício do direito da ampla defesa e contraditório, ao qual utiliza-se da garantia constitucional para afastar ato que julga como inapropriado.

A problemática reside quando a empresa possui interesse em **frustrar o bom trâmite do procedimento licitatório**, trazendo recursos com alegações INCABÍVEIS, atrasando a conclusão de certame licitatório ao qual o objetivo é:

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA POR EMPREITADA GLOBAL PARA EXECUÇÃO DE COBERTURA METÁLICA NO CALÇADÃO DA RUA DUQUE DE CAXIAS, BAIRRO CENTRO, NO MUNICÍPIO DE QUILOMBO/SC, COM ÁREA TOTAL DE 475 M², (...).**

**PARA ASSIM PROPORCIONAR UM ESPAÇO NOVO COM COBERTURA QUE PROTEJA OS USUÁRIOS DAS INTEMPÉRIES DO TEMPO, PROMOVENDO ASSIM A CRIAÇÃO E REALIZAÇÃO DE EVENTOS QUE ATUALMENTE NÃO SÃO SEDIADOS POR FALTA DE LOCAIS QUE POSSAM SUPRIR ESSAS NECESSIDADES, TENDO AUMENTANDO O VIÉS TURÍSTICO DO MUNICÍPIO, CONVIVÊNCIA DA POPULAÇÃO. O ESPAÇO NOVO SERVIRÁ COMO PONTO TURÍSTICO PARA O MUNICÍPIO, EM FUNÇÃO DA SUA ALTURA, ESTRUTURA, COMPLEXIDADE DE DETALHES(...). ETP 11/2024.**

Assim sendo a intenção da RECURSANTE, fere diretamente o interesse público e os princípios da razoabilidade e celeridade.

Importa trazer que o recurso interposto é de fato um **VERDADEIRO SOFISMO**, ao qual visa **OBSTRUIR TODO O PROCEDIMENTO LICITATÓRIO** com claro intuito de tentar manchar a lisura do processo.

A petição traz manobras argumentativas com alegações totalmente infundadas ignorando inclusive jurisprudência em Acórdão do TCU – **TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**, quando em suas razões a RECURSANTE afirma que a empresa **PROJEB LTDA** não cumpriu com o exigido no item 14.4.1 inciso IV, alínea “b”, do edital. Vejamos:

IV – b) Comprovação da empresa possuir em seu quadro permanente, devidamente registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia –

CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, sendo um Engenheiro(a) Civil um Engenheiro(a) Mecânico e Um Engenheiro(a) Eletricista, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, **detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obras de características semelhantes:**

- Estrutura metálica com área de 320,00m<sup>2</sup>
- Para profissionais técnicos, faz-se necessários que os mesmos tenham capacidade técnica semelhante aos seguintes itens
- Arquiteto (a) e Urbanista/Engenheiro Civil: Execução de estrutura metálica.
- Engenheiro Mecânico: Montagem e instalação de Estrutura em metal, ou de metal;
- Engenheiro Eletricista: Instalação elétrica de baixa tensão, aterramento de instalação elétrica e iluminação pública;

O que alega a RECURSANTE, em sede de recurso: “ **Diante disso, a empresa licitante PROJEB LTDA apresentou “contrato de prestação de serviços dos profissionais”, sendo eles: um engenheiro civil e um engenheiro eletricista, porém NÃO – Demonstrou que estes profissionais fazem parte do quadro da empresa, (...).**

**E seguimos**, a RECURSANTE demonstrando indignação por um resultado que não foi a ela favorável, se apega a critério estritamente formal, quando alega que a CONTRARRAZOANTE não cumpriu com as regras do edital, por ser o Responsável Técnico Engenheiro de Produção – Mecânica e Engenheiro de Segurança do Trabalho, os acervos apresentados em nome destes profissionais, para a empresa licitante PROJEB LTDA, **também não podem ser ratificados, pois perante o CREA e ao CAU não possuem nenhum vínculo correspondente (...).**

### **III. RESPONSABILIDADE TÉCNICA E DO VÍNCULO**

Inicialmente é indispensável ressaltar que a **RECURSANTE**, esqueceu de mencionar que faz parte do item 14.4.1 inciso IV, alínea “b”, NOTA referenciando **Acórdão N° 2652/2019, do TCU**. Vejamos o que nos diz o Acórdão em Nota:

**“ – De acordo com o entendimento do Tribunal de Contas da União, exarado em 30/10/2019 no Acórdão Nº 2652/2019 – TCU – Plenário, além do pessoal com vínculo trabalhista ou societário, é possível permitir a comprovação do vínculo com a empresa TAMBÉM com a cópia do CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ou outro documento com o mesmo valor probatório.**

Em suas alegações totalmente infundadas a RECURSANTE, **tenta a todo custo confundir os fatos quando** alega que a empresa PROJEB LTDA não demonstrou que os profissionais fazem parte do quadro técnico para execução do objeto do presente certame, quando é pacífico o entendimento da doutrina e jurisprudência de não haver necessidade de que os responsáveis técnicos do potencial serviço a ser prestado pertençam ao quadro permanente dos interessados em licitar e ademais todos os documentos exigidos no edital foram apresentados com total veracidade, idoneidade e boa – fé.

Nesse sentido a Lei nº14.133/2021 fez por bem não repetir a redação constante do inciso I do §1º do art. 30 da Lei 8.666/93, estabelecendo o seguinte para a qualificação técnico-profissional:

Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

I – Apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características técnicas por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação; (...)

§ 6º Os profissionais indicados pelo licitante na forma dos incisos I e III do caput deste artigo deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (...)

§ 12. Na documentação de que trata o inciso I do caput deste artigo, não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 desta Lei em decorrência de orientação proposta, de prescrição ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade. ” (grifei)

Vejamos o que diz a doutrina:

Joel de Menezes Niebuhr, seguindo essa mesma trilha, pontua que o dispositivo não exige que o profissional a que ele alude seja do quadro permanente do licitante, empregado ou sócio, aliás, não exige nenhum tipo de vínculo especial. Portanto, basta que o licitante disponha do profissional com a experiência desejada e que este seja contratado apenas para prestar serviço ao licitante em relação ao futuro contrato a ser celebrado com a Administração sem que haja qualquer vínculo trabalhista. (...). Sob essa perspectiva, a Administração deve exigir dos licitantes apenas declarações de disponibilidade dos profissionais para a execução do contrato ou mesmo a apresentação de pré-contratos de prestação de serviços ou qualquer outro meio comprobatório dessa disponibilidade.

Como não poderia ser diferente, por diversas vezes o Tribunal de Contas da União – TCU já decidiu não haver necessidade de que os responsáveis técnicos do potencial serviço a ser prestado pertençam ao quadro permanente dos interessados, nem tampouco que tal exigência possa ser feita já na fase de habilitação

Diante do exposto, o regime da Lei nº 14.133/2021 deve ser aplicado o entendimento consolidado no âmbito do TCU no sentido de que o licitante pode comprovar a disponibilidade do responsável técnico detentor da CAT por quaisquer meios que denotem o compromisso, ainda que futuro podendo ser carteira de trabalho, declaração de contratação futura, contrato de prestação de serviços, ou atos constitutivos da empresa.

### **III. a.            RESPONSÁVEL TÉCNICO**

O profissional responsável técnico da empresa PROJEB LTDA, Anderson Baldissera, além de ser o proprietário da empresa é Engenheiro de Produção Mecânica, graduado pela Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC, Campus Joaçaba. (Anexo 2). Pós Graduado em Engenharia de Segurança do Trabalho, pela mesma universidade. (anexo 3).

MESTRE em Projetos e Processos de Fabricação, pela UPF – Universidade de Passo Fundo. (acessar link para visualizar Certificado de conclusão de curso <https://acrobat.adobe.com/id/urn:aaid:sc:US:a1875dcd-ac41-449d-bb0c-1854e581dcd>).

Anderson Baldissera é um profissional altamente qualificado e devidamente registrado no CREA-SC: sob o nº 065286-7 e com Registro nacional: nº 2500850811, sendo que a data do registro foi 31/07/2003. Conforme Certidão de Registro no CREA. (Anexo 5).

E ainda diversos outros cursos de capacitação. Curriculum Vitae. (Anexo 6)

Possui ampla experiência profissional em projetos de engenharia mecânica, gerenciamento de obras, supervisão de equipes e consultoria em segurança do trabalho e meio ambiente, domínio de softwares de desenho e modelagem 3D, além de conhecimentos avançados em análise de elementos finitos e gestão de projetos. Com atuação profissional como engenheiro responsável em diversas empresas como a HIDROPAV INDUSTRIAL LTDA, conforme CAT 252023152132, (Anexo7); METALURGICA PRESENTE, CAT 252021126433 e CAT 252021131477, (Anexos 8 e 9); WSI Soluções em Serviços Ltda. (Anexo 10); execução do projeto do PONTO DE ONIBUS, nesta cidade de Quilombo/SC. Conforme ART 252022 8191918-0 (Anexo 11); TORNEARIA PUNTEL EIRELI, e diversas outras empresas conforme CERTIDÃO DE OBRAS EM ANDAMENTO, (Anexo 12).

Dizer que os documentos apresentados “ **não podem ser ratificados, pois perante o CREA e ao CAU e que não possuem nenhum vínculo correspondente**”, é ato de total desespero, pois hora, se um profissional está devidamente Registrado no CREA, não há o que falar sobre não ser possível a ratificação dos documentos, sendo de conhecimento notório que o CREA, uma instituição de classe séria e comprometida não fornece CAT - CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO a profissional sem o devido registro.

### **III. b. ATRIBUIÇÕES E RESOLUÇÕES TÉCNICAS**

Ocorre que o profissional supra preenche devidamente os requisitos, dentre eles ser o responsável técnico pela empresa licitante vencedora do certame e é profissional registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, e amparado pela



Lei Federal 5.194/66 e, com atribuições do Engenheiro de Produção Mecânica com Especialização em Estruturas Metálicas sendo um profissional altamente habilitado para exercer diversas atribuições específicas relacionadas a essa área. Vejamos o que diz a Lei.

**LEI FEDERAL Nº 5.194, DE 24 DE DEZEMBRO DE 1966 em seu Art. 7º,**  
atribuições profissionais e coordenação de suas atividades:

Art. 7º As atividades e atribuições profissionais do engenheiro, do arquiteto e do engenheiro-agrônomo consistem em:

- a) desempenho de cargos, funções e comissões em entidades estatais, paraestatais, autárquicas, de economia mista e privada;
- b) planejamento ou projeto, em geral, de regiões, zonas, cidades, obras, estruturas, transportes, explorações de recursos naturais e desenvolvimento da produção industrial e agropecuária;
- c) estudos, projetos, análises, avaliações, vistorias, perícias, pareceres e divulgação técnica;
- d) ensino, pesquisas, experimentação e ensaios;
- e) fiscalização de obras e serviços técnicos;
- f) direção de obras e serviços técnicos;
- g) execução de obras e serviços técnicos;
- h) produção técnica especializada, industrial ou agro-pecuária.

Parágrafo único. Os engenheiros, arquitetos e engenheiros-agrônomo poderão exercer qualquer outra atividade que, por sua natureza, se inclua no âmbito de suas profissões.

Ademais,

O Conselho **Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA**, em sua **RESOLUÇÃO Nº 1.129, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2020**. Define o título profissional e discrimina as atividades e competências profissionais do engenheiro de produção e do engenheiro industrial, em suas diversas modalidades, para efeito de fiscalização do exercício profissional.

**O CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CONFEA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 27, alínea “F”, da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, e Considerando o art. 7º da Lei nº 5.194, de 1966, que se refere em

termos genéricos às atividades profissionais do engenheiro e do engenheiro agrônomo;

Considerando o Parecer CNE/CES nº 1.362, de 12 de dezembro de 2001, e a Resolução CNE/CES nº 11, de 11 de março de 2002, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Engenharia; Considerando a Tabela de Títulos Profissionais do Sistema Confea/Crea, instituída pela Resolução nº 473, de 26 de novembro de 2002;

Considerando o art. 1º da Resolução nº 1.073, de 19 de abril de 2016, que estabelece normas para a atribuição de títulos, atividades, competências e campos de atuação profissionais no âmbito das profissões que, por força de legislação federal regulamentadora específica, forem fiscalizadas pelo Sistema Confea/Crea;

Considerando a necessidade de atualizar a regulamentação das atividades e competências profissionais do Engenheiro de Produção e do Engenheiro Industrial, em suas diversas modalidades, a fim de dirimir os questionamentos e para efeito de fiscalização do exercício profissional,

#### **RESOLVE:**

(...) Art. 4º Compete ao engenheiro de produção - mecânica as atribuições previstas no art. 7º da Lei nº 5.194, de 1966, combinadas com as atividades 01 a 18 do art. 5º, § 1º, da Resolução nº 1.073, de 19 de abril de 2016, referentes aos procedimentos na fabricação mecânica, aos métodos e sequências de produção mecânica em geral e ao produto industrializado da área mecânica.

Parágrafo único. Ao egresso do curso de Engenharia de Produção Mecânica atribui-se o título de Engenheiro de Produção – Mecânica.

Art. 22. Os engenheiros de produção e os engenheiros industriais já registrados poderão ter suas atribuições alteradas para as relacionadas nesta resolução desde que não implique redução de suas atribuições.

**Vejamos então a RESOLUÇÃO CONFEA Nº 1.073, DE 19-04-2016 - DOU 22-04-2016**

Regulamenta a atribuição de títulos, atividades, competências e campos de atuação profissionais aos profissionais registrados no Sistema Confea/Crea para efeito de fiscalização do exercício profissional no âmbito da Engenharia e da Agronomia.

## **SEÇÃO II - Atribuição inicial de atividades profissionais**

Art. 5º Aos profissionais registrados nos CREASs são atribuídas as atividades profissionais estipuladas nas leis e nos decretos regulamentadores das respectivas profissões, acrescidas das atividades profissionais previstas nas resoluções do CONFEA, em vigor, que dispõem sobre o assunto.

§ 1º Para efeito de fiscalização do exercício profissional dos profissionais registrados nos Creas, ficam designadas as seguintes atividades profissionais:

Atividade 01 – Gestão, supervisão, coordenação, orientação técnica.

Atividade 2 – Coleta de dados, estudo, planejamento, anteprojeto, projeto, detalhamento, dimensionamento e especificação.

Atividade 03 – Estudo de viabilidade técnico-econômica e ambiental.

Atividade 04 – Assistência, assessoria, consultoria.

**Atividade 05 – Direção de obra ou serviço técnico.**

Atividade 06 – Vistoria, perícia, inspeção, avaliação, monitoramento, laudo, parecer técnico, auditoria, arbitragem.

Atividade 07 – Desempenho de cargo ou função técnica.

Atividade 08 – Treinamento, ensino, pesquisa, desenvolvimento, análise, experimentação, ensaio, divulgação técnica, extensão.

Atividade 09 – Elaboração de orçamento.

Atividade 10 – Padronização, mensuração, controle de qualidade.

Atividade 11 – Execução de obra ou serviço técnico.

Atividade 12 – Fiscalização de obra ou serviço técnico.

Atividade 13 – Produção técnica e especializada.

Atividade 14 – Condução de serviço técnico.

Atividade 15 – Condução de equipe de produção, fabricação, instalação, montagem, operação, reforma, restauração, reparo ou manutenção.

Atividade 16 – Execução de produção, fabricação, instalação, montagem, operação, reforma, restauração, reparo ou manutenção.

Atividade 17 – Operação, manutenção de equipamento ou instalação.

Atividade 18 – Execução de desenho técnico.

§ 2º As atividades profissionais designadas no § 1º poderão ser atribuídas de forma integral ou parcial, em seu conjunto ou separadamente, mediante análise do currículo escolar e do projeto pedagógico do curso de formação do profissional, observado o disposto nas leis, nos decretos e nos normativos do Confea, em vigor, que tratam do assunto

E ainda, como **ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO**, o profissional responsável técnico supra possui qualificação e competências como demonstra a RESOLUÇÃO Nº 359, DE 31 DE JULHO DE 1991, para garantir com maior segurança a plena execução do objeto licitado, conforme bem demonstra a **RESOLUÇÃO Nº 359, DE 31 DE JULHO DE 1991. Vejamos:**

**RESOLUÇÃO Nº 359, DE 31 DE JULHO DE 1991.** Dispõe sobre o exercício profissional, o registro e as atividades do Engenheiro de Segurança do Trabalho e dá outras providências. O CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 27, alínea "f", da Lei nº 5.194, de 24 DEZ 1966,

**Art. 4º** - As atividades dos Engenheiros e Arquitetos, na especialidade de Engenharia de Segurança do Trabalho, são as seguintes:

- 1 - Supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente os serviços de Engenharia de Segurança do Trabalho;
- 2 - Estudar as condições de segurança dos locais de trabalho e das instalações e equipamentos, com vistas especialmente aos problemas de controle de risco, controle de poluição, higiene do trabalho, ergonomia, proteção contra incêndio e saneamento;
- 3 - Planejar e desenvolver a implantação de técnicas relativas a gerenciamento e controle de riscos;
- 4 - Vistoriar, avaliar, realizar perícias, arbitrar, emitir parecer, laudos técnicos e indicar medidas de controle sobre grau de exposição a agentes agressivos de riscos físicos, químicos e biológicos, tais como poluentes atmosféricos, ruídos, calor, radiação em geral e pressões anormais, caracterizando as atividades, operações e locais insalubres e perigosos;
- 5 - Analisar riscos, acidentes e falhas, investigando causas, propondo medidas preventivas e corretivas e orientando trabalhos estatísticos, inclusive com respeito a custo;
- 6 - Propor políticas, programas, normas e regulamentos de Segurança do Trabalho, zelando pela sua observância;

- 7 - Elaborar projetos de sistemas de segurança e assessorar a elaboração de projetos de obras, instalação e equipamentos, opinando do ponto de vista da Engenharia de Segurança;
- 8 - Estudar instalações, máquinas e equipamentos, identificando seus pontos de risco e projetando dispositivos de segurança;
- 9 - Projetar sistemas de proteção contra incêndios, coordenar atividades de combate a incêndio e de salvamento e elaborar planos para emergência e catástrofes;
- 10 - Inspecionar locais de trabalho no que se relaciona com a segurança do Trabalho, delimitando áreas de periculosidade;
- 11 - Especificar, controlar e fiscalizar sistemas de proteção coletiva e equipamentos de segurança, inclusive os de proteção individual e os de proteção contra incêndio, assegurando-se de sua qualidade e eficiência;
- 12 - Opinar e participar da especificação para aquisição de substâncias e equipamentos cuja manipulação, armazenamento, transporte ou funcionamento possam apresentar riscos, acompanhando o controle do recebimento e da expedição;
- 13 - Elaborar planos destinados a criar e desenvolver a prevenção de acidentes, promovendo a instalação de comissões e assessorando-lhes o funcionamento;
- 14 - Orientar o treinamento específico de Segurança do Trabalho e assessorar a elaboração de programas de treinamento geral, no que diz respeito à Segurança do Trabalho;
- 15 - Acompanhar a execução de obras e serviços decorrentes da adoção de medidas de segurança, quando a complexidade dos trabalhos a executar assim o exigir; Confea – Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia LDR - Leis Decretos, Resoluções;
- 16 - Colaborar na fixação de requisitos de aptidão para o exercício de funções, apontando os riscos decorrentes desses exercícios;
- 17 - Propor medidas preventivas no campo da Segurança do Trabalho, em face do conhecimento da natureza e gravidade das lesões provenientes do acidente de trabalho, incluídas as doenças do trabalho;
- 18 - Informar aos trabalhadores e à comunidade, diretamente ou por meio de seus representantes, as condições que possam trazer danos a sua integridade e as medidas que eliminam ou atenuam estes riscos e que deverão ser tomadas.

Ressalta-se, por fim: existe autorização expressa da Administração Pública para a concretização de todos os atos realizados para com o certame, além de ser importante ressaltar também a boa-fé administrativa em ter concluída a licitação de forma justa, não

fazendo NENHUM sentido interpor recurso administrativo, onerando a Administração Pública com lides que apenas atrasam a conclusão da licitação.

Com a devida vênia, a empresa RECURSANTE tenta levar a Sra. Agente de Contratação e Equipe de Apoio ao erro, **fazendo um verdadeiro contorcionismo interpretativo da Legislação** a fim de mudar o resultado do presente certame por este ser a ela desfavorável.

**ASSIM, VERIFICA-SE QUE A INTENÇÃO DA RECORRENTE TEM NÍTIDO CARÁTER PROTELATÓRIO COM INTUITO DE TUMULTUAR O REGULAR ANDAMENTO DO PROCESSO LICITATÓRIO, COM ARGUMENTOS INFUNDADOS, QUE SE ACATADOS, ESTARIA DETURPANDO A FINALIDADE DA LEI DE LICITAÇÕES. TAL POSTURA NÃO PODE SER TOLERADA**

Sendo claro a manifesta intenção de obstruir o presente certame, prejudicando e trazendo para o processo atos abusivos, cabe a Administração Pública utilizar-se das sanções administrativas para coibir e sancionar essas práticas.

Para Maria Sylvia Zanella Di Pietro, o poder disciplinar é a prerrogativa pela qual a Administração apura as infrações e aplica as penalidades ao infrator, que pode ser um servidor público ou particular sujeito à disciplina administrativa.

**A sanção Administrativa, nas contratações públicas, pode definir-se como o exercício do poder – dever do administrador público em face da conduta que venha a prejudicar e lesionar o poder público em suas contratações.**

Diante dos fatos é incabível requere a alteração do resultado do certame por alegações sem nenhum fundamento legal, deixando de contratar com a empresa PROJEB LTDA vencedora do certame licitatório que comprovou sua capacidade técnica conforme previsto no edital e legislação vigente e apresentou a proposta mais vantajosa à Administração.

#### **IV. PEDIDOS:**

**Diante de todo o exposto, requer SEJA NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO ADMINISTRATIVO**, mantendo-se o ato da Sra. Agente de Contratação e Equipe de Apoio que habilitou a empresa licitante **PROJEB LTDA**, uma vez que resta demonstrado que atendeu integralmente as exigências do edital e realizando a **MANUTENÇÃO DA DESCLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA RECURSANTE**, com o consequente prosseguimento do certame, tudo em observância aos princípios norteadores da licitação.

## V. ANEXOS:

- ATA de Reunião de Julgamento 28-03-2024, (anexo I);
- Certificado de conclusão de curso Engenharia de Produção - Mecânica (anexo II);
- Verso do Certificado de conclusão de curso (anexo II-a);
- Certificado de Pós-Graduação em Engenharia de Segurança do Trabalho (anexo III);
- Link de acesso ao certificado de MESTRE em Projetos e Processos de Fabricação, pela UPF – Universidade de Passo Fundo.  
(<https://acrobat.adobe.com/id/urn:aaid:sc:US:a1875dcd-ac41-449d-bb0c-1854e581dcd-b>).
- Grade curricular da Pós-Graduação em Engenharia de Segurança do trabalho anexo IV);
- Certidão de Registro Profissional (anexo V);
- Currículo Vitae Anderson Baldissera (anexo VI);
- CAT – 252023152132 – HIDROPAV (anexo VII);
- CAT – 252021126433 – METALURGICA PRESENTE LTDA ME (anexo VIII);
- CAT – 252021131477 – METALURGICA PRESENTE LTDA ME (anexo IX);
- CAT – 252023152391 – WSI SOLUÇÕES EM SERVIÇOS LTDA (anexo X);
- ART – 252022 811180 – PREFEITURA MUNICIPAL DE QUILOMBO (anexo XI);
- CERTIDÃO DE OBRAS EM ANDAMENTO;

Nestes Termos, espera Deferimento.

Faxinal dos Guedes, 08 de abril de 2024

---

**PROJEB LTDA**  
**CNPJ: 28.678.292/0001-35**  
**ANDERSON BALDISSERA**  
**CPF: 942.198.349-15**